

REFLEX-AÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL NA PARAÍBA

Pollyane Kahelen da Costa Diniz¹
Alexandre Peixoto Faria Nogueira²
Francisco Antônio Holanda Farias³

Resumo

Uma política de reforma agrária não se limita à desapropriação de latifúndios e distribuição de lotes de terra entre famílias assentadas. A reforma agrária compreende uma política ampla de reestruturação fundiária, de apoio à produção e à distribuição desta, de modo que garanta o bem estar das famílias e o desenvolvimento local. A ausência de uma política de reforma agrária coerente com as necessidades reais dos trabalhadores tem contribuído para inviabilizar o processo de reestruturação agrícola do país. Ao longo de três anos o projeto Reflex-ção, sob a coordenação do Seampo⁴, tem aprofundado a reflexão sobre a política de desenvolvimento rural em curso na Zona da Várzea e Litoral Sul da Paraíba, entre os trabalhadores e pequenos produtores rurais, atores mediadores, instituições públicas e afins na exploração de políticas alternativas de desenvolvimento sustentável.

Introdução

Os índices sociais do país encontram na reestruturação da organização fundiária um fator de extrema importância para o seu melhoramento. No entanto, o descompromisso do Governo com as políticas de reforma agrária representado por um comportamento inerte diante do processo de democratização do acesso à terra, tem contribuído para o acirramento dos conflitos no campo envolvendo os agricultores sem terra e os proprietários das terras em disputa.

Essas políticas governamentais voltadas para a realização da reforma agrária, deixam na marginalidade social centenas de famílias de trabalhadores rurais, devido a sua não concretização nos moldes necessários para atender às necessidades encontradas pelos assentados, seja na parte do crédito agrícola, no acompanhamento técnico ou mesmo na infra-estrutura encontrada na terra concedida aos agricultores, dentre outros problemas enfrentados por eles.

Sob uma perspectiva de reforma agrária comprometida com o bem estar das famílias assentadas e com o apoio à produção através da assistência técnica, da adequação das políticas públicas voltadas às reais necessidades de desenvolvimento da agricultura familiar, foram realizados no ano de 2001, na UFPB, sob a coordenação do Seampo e Unitrabalho⁵, sete encontros mensais do grupo Reflex-ção em que participaram trabalhadores assentados dos municípios de Cruz do Espírito Santo e de Sapé, bem como representantes do Fórum Municipal de Assentados de Alagoa Grande, professores, técnicos e alunos de vários cursos, técnicos e assessores de órgãos governamentais e não governamentais.

¹ Extencionista colaboradora; Graduanda em Psicologia; UFPB.

² Extencionista colaborador; Graduando em Geografia; UFPB.

³ Coordenador do projeto; Especialista em Cooperativismo e Associativismo; Graduado em Administração; Técnico em Assuntos Educacionais; Coordenador do SEAMPO.

⁴ SEAMPO – Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares/UFPB.

⁵ Unitrabalho – Rede Interuniversitária de Estudo e Pesquisa sobre Trabalho.

Desde então, as discussões coletivas que giraram em torno das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores assentados, no que se refere à adequação das políticas públicas voltadas para a questão agrária e à exploração de políticas alternativas de desenvolvimento sustentável, têm servido de fomento para a realização das atividades do projeto.

A ação dialógica entre os atores envolvidos tem sido concretizada pela troca de experiências em momentos específicos de caráter participativo, como reuniões, encontros e seminários. Os momentos de socialização realizados nas áreas de assentamentos priorizados pelo projeto, bem como, nas instâncias representativas (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e Fóruns de debates sobre a questão agrária regional), valorizam o saber fazer dos trabalhadores e produtores rurais, que é complementado pelo conhecimento acadêmico, colocado à disposição dos mesmos no aprofundamento das técnicas e práticas em discussão e análise.

Um breve histórico

A questão da alta concentração de terras no Brasil vem desde o processo da colonização de seu território, iniciando-se com o plano da coroa portuguesa para povoá-lo. Em linhas gerais tal povoamento consistia em dividir a costa brasileira, em doze setores lineares, chamados de capitânicas. Segundo Prado Junior (1995), as doações de terras foram em geral muito intensas, o que é compreensível, pois sobravam terras e a ambição daqueles beneficiados não permitia que estes se contentassem com pequenas propriedades – estes não buscavam no Novo Mundo a posição de pequenos camponeses e sim de grandes senhores e latifundiários. Essa concentração de terras seria posteriormente consolidada com a política das sesmarias, tal concentração se perpetua até os dias atuais, tornando o Brasil o segundo país do mundo de maior concentração da propriedade da terra.

O Brasil possui uma área territorial de 850 milhões de hectares, dos quais, 390 milhões de hectares são considerados como áreas próprias para a atividade agropecuária, sendo que 31% dessa área (120 milhões de ha) permanece ociosa. Esse grau de ociosidade constitui mais uma seqüela do elevado grau de concentração da posse e do uso da terra no país que joga na exclusão social milhões de trabalhadores brasileiros.

Na Paraíba, a conquista do espaço pelo colonizador foi responsável por profundas mudanças na organização primitiva da agricultura. A subordinação do território paraibano às necessidades de acumulação do capital mercantil, ocasionando o aprisionamento das terras nas mãos de uma minoria.

O território brasileiro como espaço alienado tem sua economia voltada para servir às necessidades exigidas pelos mercados estrangeiros. Como a Paraíba está inserida no contexto nacional não se diferencia do restante do país, obedecendo também às demandas do mercado internacional.

Hoje, a organização agrária paraibana caracteriza-se por uma concentração ainda elevada de terras nas mãos de uma minoria, uma produção agrícola pouco diversificada tendo na cana-de-açúcar e no abacaxi seus principais produtos, um grau elevado de dependência das condições naturais (clima e solo principalmente), um baixo padrão tecnológico, uma forte evasão da população rural e um importante movimento de reconquista da terra pela classe trabalhadora.

A política de reforma agrária brasileira tem deixado uma questão em aberto sobre o processo de democratização do acesso à terra. Tal fato tem ocasionado grandes conflitos no campo entre agricultores sem terras e proprietários das terras em disputa. Isso se deve à lentidão e à falta de compromisso do Governo com a questão agrária, apesar de sua urgência e importância vital para o melhoramento dos índices sociais do país.

Na Paraíba, devido ao movimento de reconquista da terra pela classe trabalhadora esse quadro tem uma análise diferente. Segundo estudos realizados por Neto e Bamat (1998), nos últimos anos o número de assentamentos para fins de reforma agrária tem aumentado num ritmo acelerado, contribuindo para transformação da paisagem de algumas regiões onde predominava a monocultura canavieira, bem como a pecuária extensiva. Estas atividades vêm cedendo o lugar para a agricultura familiar, produzindo conseqüentemente índices de transformações políticas, econômicas, culturais e sociais nessas regiões. O que historicamente é muito importante, pois implementa os direitos humanos no campo, dando dignidade ao trabalhador rural e mostrando possibilidade de conquista através da luta organizada.

No entanto, mesmo com todas essas transformações existentes no campo, pode-se afirmar que existem problemas no que diz respeito ao melhoramento da qualidade de vida das famílias rurais envolvidas com o programa de reforma agrária, considerando o fator de que as dificuldades não acabam apenas com a distribuição de terras.

Os assentamentos e suas dificuldades

Uma política de Reforma Agrária revela questões para além da desapropriação de latifúndios e distribuição de lotes entre famílias sem terra. A reforma agrária pode ser compreendida como uma política ampla que agrega ações tanto de reestruturação fundiária, quanto de apoio à produção e à distribuição dessa produção, de modo que venha a promover o bem-estar das famílias e o desenvolvimento local. Segundo o INCRA, uma política agrária para ser sustentável e comprometida com a qualidade de vida das famílias assentadas deve estar estruturada em três vetores complementares e interdependentes: acesso a terra com infra-estrutura adequada, crédito rural e assistência técnica (Projeto Lumiar, 1997).

As dificuldades pelas quais passam as famílias assentadas inseridas no programa de reforma agrária, estão relacionadas intimamente com a não consolidação desses três vetores principais por parte dos órgãos governamentais, tornando a sustentabilidade dos assentamentos inviável.

No caso particular da Paraíba, observam-se enormes dificuldades enfrentadas pelos assentados no que se refere às linhas de crédito, ao alto endividamento, à falta de assistência técnica, ao beneficiamento e comercialização da produção, como também na formação em empreendimentos inspirados na Economia Solidária, na sua organização política e no desenvolvimento sustentável.

A implantação dos assentamentos sem os devidos planos de desenvolvimento locais tem sido de caráter abrangente a todos os assentamentos, de modo que as experiências já se iniciam de forma “errada”. Muitas das contradições presentes na operacionalização prática dos projetos voltados para os assentamentos terminam por atrapalhar a gestão coletiva da experiência. Pode-se supor que o cadelal de inoperância que se sucedem na prática cotidiana dos projetos de apoio à reforma agrária, não é por acaso. Ele reflete uma situação de erros técnicos que têm profundas implicações políticas. Alguns desses aspectos foram enumerados:

- Erros e vícios herdados de uma cultura política institucional dominante na gestão dos programas e projetos;
- Projetos feitos às pressas cujos desajustes ou incompetência técnica comprometem o êxito do empreendimento terminam por ser atribuídos à dinâmica dos assentados, produzindo a eterna culpabilidade do trabalhador;
- Custeios com prazos de liberação inoportunos, com calendários atrasados e inadequados ao cotidiano dos agricultores (e por isto mesmo não se pode atribuir

especificamente à má gestão individual dos assentamentos como o motivo da falta de êxito dos projetos);

- Endividamento dos assentados, sem capacidade de ressarcimento dos débitos contraídos (o que faz valer o exercício das resistências e ou das solidariedades e astúcias internas frente à lógica estrutural dos projetos).

Outro ponto problemático diz respeito às políticas de crédito implementadas pelo banco, as quais não incluem as necessidades dos trabalhadores no projeto de financiamento. Como o agente operador do crédito é o banco, e este segue as normas do Banco Central, que determinam as regras do jogo, além da falta de informação dos trabalhadores e, muitas vezes, a ação pouco esclarecedora dos técnicos responsáveis pela elaboração dos projetos, certas regras são interpretadas como proibições inegociáveis, concorrendo para que se aplique a idéia de que “o banco não deixa, não quer, não permite...”. Assim entendido o que se apresenta como possibilidade de ampliação dessa discussão é o debate e o esclarecimento que poderá ser sempre renovado entre os agentes financeiros e os agricultores. Visando a diminuição das divergências entre a realidade descrita pelas regras orientadoras das normas gerais de crédito e a realidade descrita e vivida pelos agricultores.

Um dos pontos mais problemáticos enfrentados pelos trabalhadores rurais assentados, segundo o estudo organizado por Thomas Bamat e Genaro Ieno Neto (1998), está relacionado com o processo de comercialização da produção. Em geral, os trabalhadores comercializam individualmente e diretamente com outro comerciante, o atravessador, que compra a produção camponesa para revender pagando um valor bem abaixo do preço de mercado. Quando o assentado passa a comercializar sua produção sem o intermédio do atravessador, ele paga além dos vários impostos sobre a mercadoria nos postos fiscais existentes entre o assentamento e o local da comercialização dos produtos, o frete do transporte da mercadoria até o local de destino.

Nos locais onde se comercializam os produtos agropecuários, os camponeses encontram outro fator contribuinte para a elevação dos custos de comercialização. Pagam taxas para poder expor suas mercadorias e descarregar sua produção. Todos esses fatores fazem com que junto com o seu retorno, o agricultor obtenha um prejuízo ainda maior.

Um momento de reflexão junto aos trabalhadores e o papel da universidade

A partir do levantamento dos problemas apontados pelos trabalhadores, surgiram reflexões críticas sobre a situação dos trabalhadores rurais assentados e dos assentamentos. De um modo geral, essas reflexões giraram em torno da concepção do modelo de projeto de reforma agrária oficial, cuja operacionalização prática denuncia uma natureza implícita de desqualificação da organização social pela reforma agrária no país.

As reflexões que estes momentos propiciam são ricas porque criam possibilidades de diálogo entre as diferentes experiências e agentes sociais. Isto, ao mesmo tempo, tem demonstrado que, a partir dessas reflexões, criam-se condições para o equacionamento dos problemas de forma cooperada e participativa.

Uma preocupação ficou apontada. A necessária articulação entre a teoria e a prática, entre o desejo dos participantes, seu envolvimento e a continuidade deste trabalho nas experiências sociais concretas. As universidades brasileiras não podem ficar de fora desse processo. Cabe a elas um importante papel na luta pela construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, mais justa e mais humana na qual a reforma agrária é uma questão fundamental (Moreira, 1998). Como produtoras de conhecimento, as universidades podem e devem assumir a tarefa de ajudar a construir os processos do fazer próprios das

mudanças sociais, através da articulação dos vários campos de conhecimento de que dispõem.

Nessa mesma direção foram feitas algumas reflexões acerca do leque de apoios que os trabalhadores assentados têm construído e devem alargar para fazer valer seu projeto de reforma agrária.

A relação entre a universidade e o trabalhador rural deve, deste modo, ser reforçada e ser encarada como uma relação positiva. Neste sentido, quando as várias iniciativas experimentadas pelos agricultores beiram o fracasso e não dão certo, o fato não deve ser atribuído ao trabalho realizado pelos trabalhadores ou à sua organização. Tal fato talvez esteja ligado a não implementação operacional e organizacional do projeto de políticas de reforma agrária do governo.

A união, portanto, é fruto de um processo de aprendizado da participação em que a coletividade constrói a si própria de modo democrático e experimental. O saber, neste caso, será mais ou menos adequado à medida que seja fruto dos saberes e desejos acumulados dessa coletividade, agindo interativamente com outros agentes externos.

Nesta perspectiva, os agentes externos, como a universidade, têm um papel importante na afirmação ou na negação desse processo. Neste caso, a contribuição da universidade neste trabalho é de ajudar a construir o processo de fortalecimento das iniciativas dos trabalhadores. Reafirmando o sentimento e o desejo de desenvolver experiências conjuntas entre universidade e trabalhadores, bem como sensibilizando outras entidades a potencializar suas disponibilidades.

A Universidade Federal da Paraíba nos últimos anos tem se engajado nessa luta. Através de diversas parcerias firmadas via convênios ou buscas através de projetos enviados aos órgãos fomentadores de atividades de extensão e pesquisa, vem dando sua contribuição ao processo de Reforma Agrária (Moreira, 1998).

Nesse sentido, o projeto Reflex-Ação vem consolidando a proposta de trabalho no assessoramento dos assentamentos no Estado da Paraíba. Firmando diversas parcerias com instituições governamentais, não governamentais e com entidades sociais responsáveis pela organização dos trabalhadores rurais.

O processo dialógico vivenciado com a realização do projeto tem suscitado discussões coletivas em torno dos principais problemas enfrentados pelos assentados na conjuntura das atuais políticas relacionadas à questão agrária e ao desenvolvimento rural no País.

Outras demandas também emergiram, tais como questões de gênero, juventude, cultura, lazer, entre outras dimensões da vida cotidiana desses atores sociais. Algumas dessas demandas já foram incorporadas pela Universidade sob a coordenação do Seampo e da Unitrabalho, que vêm tentando respondê-las, dentro de suas potencialidades e limites. A exemplo o projeto Jovens Assentados: educação para cidadania; a elaboração e implantação do Centro de Formação Rural no assentamento Canudos; e a assessoria à feira Agro-ecológica, entre outras iniciativas.

Em função dessas iniciativas e visando atender às reiteradas solicitações dos trabalhadores assentados, o projeto desenvolve-se ao longo destes três anos reforçando tais ações bem como potencializando novas proposições de estudos, pesquisas e atividades da Universidade na temática do desenvolvimento rural na Paraíba.

Observa-se que os assentamentos rurais, quando bem assistidos com investimentos infra-estruturais, político-educativo e tecnológico, a partir da interação de vários agentes sociais de apoio, se fortalecem e revelam experiências políticas, socioculturais e econômicas extremamente relevantes à compreensão das relações campo versus cidade (Neto e Bamat, 1998).

Caso prático se verifica com a Feira Agro-ecológica dos assentamentos que funciona na UFPB. Onde 53 (cinquenta e três) famílias de trabalhadores de 04 (quatro) assentamentos, localizados em dois municípios da várzea do Paraíba (Sapé e Cruz do Espírito Santo), na busca de alternativas e soluções para superar as dificuldades e o abandono porque passaram em virtude da falta de políticas públicas sérias voltadas para a produção, assistência técnica e comercialização, uniram-se para produzir e comercializar produtos orgânicos. Estas famílias encontram na CPT e na Cáritas o apoio técnico e financeiro para a organização e criação dos seus empreendimentos, e, na UFPB, um espaço para a comercialização e para a discussão dos seus problemas. Hoje, embora ainda convivam com muitos problemas, notadamente no que se refere ao transporte de suas mercadorias e análise de seus produtos, estas obtêm uma renda familiar mensal em torno de R\$360,00 (trezentos e sessenta reais). No momento, os agricultores estão discutindo com técnicos da UFPB a viabilidade de tornar seus empreendimentos uma cooperativa rural.

Conclusão

A luta pela afirmação dos direitos da classe trabalhadora rural no Brasil, tem ao longo dos anos encontrado barreiras nas políticas públicas ou na ausência destas. Uma demonstração nítida de o Estado impor os interesses de uma classe sobre as demais, quer pela parcialidade na tomada de decisões, quer pela inoperância de sua máquina administrativa que retarda a implementação de políticas e submete os usuários dos serviços públicos à discriminação e à humilhação.

Para o trabalhador rural assentado as relações de parcialidade do Estado evidenciam-se na edição de medidas que visam inibir o processo de reforma agrária e assegurar o direito de propriedade dos latifundiários. E ainda, através de propagandas veiculadas nos veículos de comunicação de massa que não condizem com a verdade e tem por objetivo enganar a opinião pública. A exemplo o discurso de FHC em dezembro de 1996: “Vamos fazer uma reforma agrária com base no imposto uma verdadeira revolução agrária”. Até hoje não se tem notícia de que algum latifundiário tenha vendido sua propriedade por que achou o ITR muito pesado. Outro exemplo o discurso de FHC em julho de 1995: “Todas as terras grandes devedores do Banco do Brasil serão utilizadas para a reforma agrária”. A única terra entregue foi porque o MST a ocupou.

Por outro lado, erros na elaboração de projetos, demora na liberação do crédito, falta de assistência técnica, entre outros, têm levado os agricultores à baixa produtividade e conseqüentemente, à inadimplência, ficando estes impossibilitados de contrair novos empréstimos e de retornar ao processo produtivo. Os trabalhadores retornam a condição de assalariados, tendo que vender seu trabalho ou sujeitar-se à humilhação de depender das políticas assistencialistas. Evidencia-se, assim, a anti-reforma agrária, como elemento de controle do Estado nas relações de interesse em conflitos entre a classe trabalhadora rural e os latifundiários.

Frente a esta realidade o projeto Reflexão-ação, através de reuniões, visitas, encontros e outras modalidades de integração, tem assegurado que as questões e temas sobre a realidade camponesa discutidos na Universidade sejam socializados entre os trabalhadores assentados Consolidando ainda, um espaço intra-universitário de intercâmbio de experiências e de reflexão sobre a realidade dos assentamentos rurais e seus desafios. Como potencializador das ações desenvolvidas pela Universidade nos assentamentos, o projeto tem promovido o intercâmbio entre a produção acadêmica e as demandas práticas dos trabalhadores assentados e dos conselhos municipais de desenvolvimento rural,

possibilitando, assim, a troca de conhecimento e o fortalecimento da parceria entre a Universidade e os movimentos sociais.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigma do capitalismo agrário em questão*. São Paulo/Riode Janeiro/Campinas: Hucitec/ANPOCS/Unicamp, 1992.

_____. O mundo desencantado dos assentamentos. In: Medeiros, Leonildes et al. (orgs). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

ANDRADE, M. C. *Lutas camponesas no Nordeste*. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Unesp, 1994.

AZEVEDO, F. A. *As Ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BENEVIDES, C. *Camponeses em marcha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Vozes, 2000.

CAVALCANTI, C. *Um Projeto de Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Autores Reunidos, 1961.

CHAVES, C. de A. *A Marcha Nacional dos Sem Terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

CRUZ, F. C. *Reforma Agrária e sua evolução*. São Paulo: Leud, 1987.

DELGADO, G. C. Capital e Política Agrária no Brasil: 1930-1980. In SZMRECSÁNY, T.e SUZIGAN, W. (orgs.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERREIRA, B. Estratégias de Intervenção do Estado em Áreas de Assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. In: Medeiros, Leonildes et al. (orgs). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

FORMAM, S. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SILVA, J. G. *Caindo por terra*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

_____. *Buraco Negro: a Reforma Agrária na Constituinte*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

GRZYBOWSKY, C. *Caminhos e Descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Vozes/Fase, 1991.

- GUIMARÃES, A.P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HEREDIA, B. *A morada da Vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- IANNI, O. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- NETO, G. I. e BAMAT, T. (coords.) *Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba*. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB, 1998.
- LARANJEIRA, R. *Colonização e Reforma Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LEITE, Sérgio Pereira. Por uma Economia Política da Reforma Agrária: custo de implantação e infra-estrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984-1989) In: Medeiros, L. et al (orgs). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.
- MARCON, T. *Acompanhamento natalino: história de luta pela Reforma Agrária*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.
- MARTINEZ, P. *Reforma Agrária: questão de terra ou de gente*. São Paulo: Moderna, 1991.
- MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- _____. *Militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MEDEIROS, L., BARBOSA, V. (orgs). et al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994.
- MINC, C. *A reconquista da terra, Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- MORAIS, C. S. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: Iattermund, 1997.
- MOREIRA, E. *Por um pedaço de chão*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.
- _____. *Atlas da Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.
- _____. e TARGINO, I. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.
- NOVAES, R. R. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- PALMEIRA, M. Burocracia, política e reforma agrária. In: Medeiros, L. et all (orgs). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.
- PRADO, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora: Brasiliense, 1994.
- SALES, I. C. et all. *Canudos na Paraíba: luta por terra/desejo de vida*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.

SCHIMIDT, N. V., MARINHO, D. N. C. e ROSA, S. L. C. (orgs). *Os assentamentos de reforma Agrária no Brasil*. Brasília: UNB/Dataunb, 1998.

SILVA, M. da G. *O destino dos assentados: dimensão educacional de uma experiência de reforma. Agrária na Paraíba*. (Dissertação de Mestrado). João Pessoa: UFPB, 1995.

SOUZA, F. de ^a V. *A questão agrária nacional e assentamentos rurais na Paraíba*. João Pessoa: Idéia, 2002.

STÉLIDE, J. P. e FERNANDES, B. M. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TARGINO, I. *O processo associativo em projetos de assentamentos: notas para discussão*. João Pessoa: UFPB/CNE. 1998.

WAGNER, C. *A saga do João sem terra*. Petrópolis: Vozes, 1989.

Endereço para correspondência:

Pollyane Diniz: pollyanediniz@bol.com.br

Alexandre Peixoto: alexandrepfm@bol.com.br

Francisco Holanda: Universidade Federal da Paraíba; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes; Setor de Estudos e Assessoria aos Movimentos Populares (SEAMPO); telefone: 216-7655; seampo_ufpb@ yahoo.com.br